

Elementos da ENTREVISTA COLETIVA concedida pelos Ministros Gustavo Krause, Israel Vargas e Luiz Felipe Lampreia, Eduardo Martins, Presidente do IBAMA e Márcio Barbosa do INPE, no PALÁCIO do PLANALTO em 25 de julho de 1996, a propósito da divulgação da taxa de desmatamento da Amazônia.

CONTROLE AMBIENTAL DA AMAZÔNIA LEGAL

MMA - IBAMA

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
data _____/_____/_____
cod. 175 00 254

Considerações gerais

- A Amazônia Legal é do tamanho aproximado de 32 países da Europa e inclui diversos ecossistemas (cerrado, campos e floresta tropical).
- Não é um conceito geográfico ou ecológico, mas sim uma denominação legal de uma área que se beneficia de um tratamento especial por parte do governo brasileiro.
- Não deve ser confundida com a área de *floresta amazônica*, que permanece relativamente íntegra.
- É fundamental diferenciar as queimadas, os desmatamentos e a exploração seletiva e ilegal de madeira

Causas do Desmatamento

- Exploração irregular de madeira.
- Exploração do mogno em particular.
- Implantação de pastos em áreas impróprias.
- Obras de infra-estrutura mal orientadas.

AÇÃO IMEDIATA

- Intensificação e modernização do controle e fiscalização dos desmatamentos e queimadas

Conjunto de Medidas

- Edição de Medida Provisória proibindo o corte raso de mais de 20% da área de propriedades onde a cobertura arbórea se constitui de florestas e proibindo a expansão de desmatamentos em propriedades rurais com áreas já degradadas.
- Suspensão da exploração de mogno e reavaliação de todas as autorizações concedidas.
- Edição de Portaria criando Comissão Interministerial, a ser integrada por representantes do Ministério da Justiça e MMA, para oferecer subsídios à definição de Crime Ambiental em Projeto de Lei.
- Solicitação junto ao Banco Mundial da alocação de recursos emergenciais do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7) para transferência aos Estados da Amazônia.

Estratégia de Controle e Fiscalização

- Processamento e interpretação de imagens
- Comparação com o Cadastro de Autorizações do IBAMA e Estados
- Definir áreas prioritárias de verificação com sensores aerotransportados.
- Ações de campo de fiscalização e vistoria, equipadas com Sistema de Posicionamento Global (GPS).

Resultados do Projeto PRODES - INPE/MCT Julho de 1996

Taxa Média de Desflorestamento Bruto da Amazônia Legal (km²/Ano)

* Média década	78/88*	88/90	89/90	90/91	91/92	92/94**
**Biênio 92/94						
Acre	620	540	550	380	400	482
Amapá	60	130	250	410	36	0
Amazonas	1510	1180	520	980	799	370
Maranhão	2450	1420	1100	670	1135	372
Mato Grosso	5140	5960	4020	2840	4674	6220
Pará	6990	5750	4890	3780	3787	4284
Rondônia	2340	1430	1670	1110	2265	2595
Roraima	290	630	150	420	281	240
Tocantins	1.650	730	580	440	409	333
Amazônia Legal	21.130	17.860	13.810	11.130	13.786	14.896
% / Ano	0,54	0,48	0,37	0,30	0,37	0,40

Gráfico da Taxa de Desflorestamento de 1978-94 (%/ano)

Gráfico dos Estados com Aumento na Taxa de Desflorestamento em 91/92

Gráfico dos Estados com Diminuição na Taxa de Desflorestamento em 91/92

Comunicado de Imprensa

DECRETO PROÍBE EXTRAÇÃO DE MOGNO

A exploração de madeiras das espécies Mogno e Virola na região Amazônica está suspensa por dois anos. A decisão foi tomada hoje pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em decreto que determina, ainda, o cancelamento de todas as autorizações e concessões em vigor, onde forem identificadas irregularidades. O decreto não se aplica à exploração do Mogno e Virola oriundos de florestas plantadas.

Na mesma ocasião o presidente da República baixou Medida Provisória proibindo o aumento dos

desmatamentos florestais em áreas agrícolas dos estados do Acre, Pará, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá, Mato Grosso, além das áreas ao Norte de Tocantins, Goiás e Maranhão. A MP alterou, também, o artigo 44 da Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965, estabelecendo que naqueles estados o corte de árvores só é permitido desde que cada propriedade rural permaneça com 50% da cobertura vegetal.

A decisão do Governo baseia-se em minuciosos estudos desenvolvidos pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, com a utilização de imagens do satélite Landsat.

DESFLORESTAMENTO - Os levantamentos feitos pelo INPE na Amazônia Legal nos períodos entre 1991/94 mostraram um aumento da taxa anual média de desflorestamento, que passou de 0,30% em 1991 para 0,40% em 1994. Isto equivale a um incremento anual de áreas desflorestadas de 14.896 quilômetros quadrados somente em 1994, contra 11.130 quilômetros quadrados em 1991.

O estudo mostra que os desmatamentos ocorreram principalmente nos estados do Pará, Mato Grosso, Rondônia e Acre. Nos demais estados da Amazônia Legal (Amazonas, Amapá, Roraima, Maranhão e Tocantins) houve um decréscimo da atividade de desmatamento.

CONTROLE - As duas decisões tomadas pelo Presidente da República integram um conjunto de medidas de controle ambiental da Amazônia Legal que incluem, ainda, a criação de uma Comissão Interministerial integrada por representantes dos Ministérios da Justiça e do Meio Ambiente para oferecer subsídios à definição de Crime Ambiental em Projeto de Lei e solicitação de recursos emergenciais ao Banco Mundial.

Essas medidas incluem, também, o aperfeiçoamento do sistema de vigilância que passará a utilizar um novo tipo de sensor desenvolvido pela Agência Espacial Norte Americana - NASA, aerotransportado, capaz de identificar até o tipo da madeira que está sendo retirada da floresta.

Somente este ano serão empregados recursos de R\$ 6 milhões no processo de controle e fiscalização florestal na Amazônia. Um efetivo de 650 agentes, 120 veículos, 30 barcos e 300 horas de voo será empregado nessas ações. Com essa estrutura serão aplicadas multas, embargos, interdições e sanções administrativas e penais aos infratores que praticarem desmatamento ilegal.

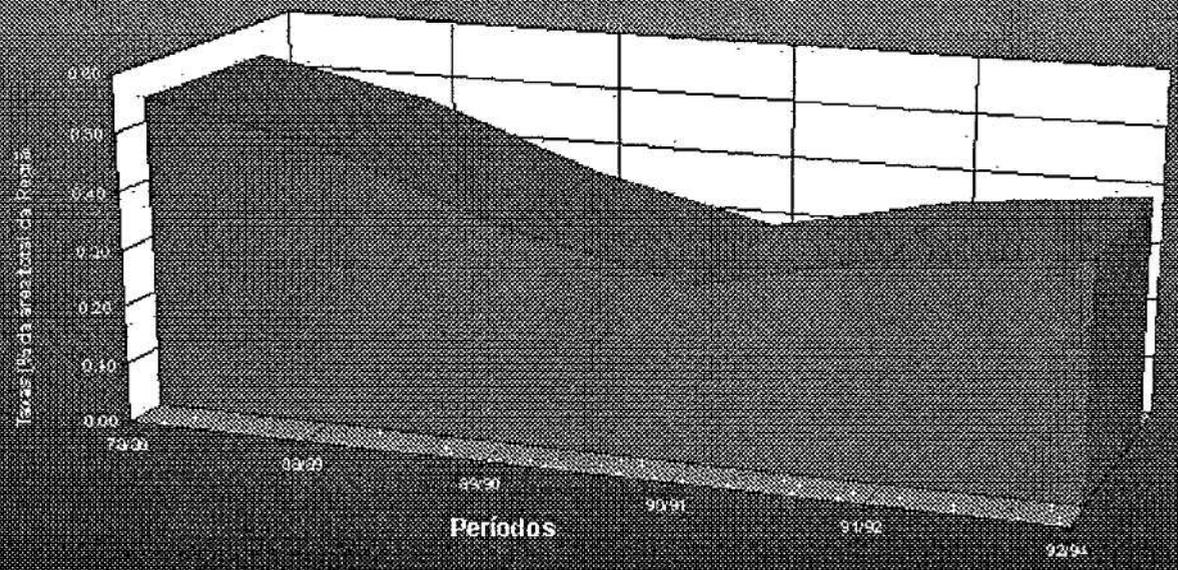
Com essa ofensiva, que será desencadeada no próximo dia 29 com o envio de 18 engenheiros florestais para reforçar as equipes das superintendências do IBAMA na região, espera-se o cancelamento de cerca de 80% dos instrumentos de concessão do uso dos recursos florestais, os chamados planos de manejo, das autorizações de desmatamento e planos de exploração florestal. Os cancelamentos serão feitos sumariamente quando ocorrerem suspeita de irregularidade, independentemente de vistoria de campo.



[Voltar](#)

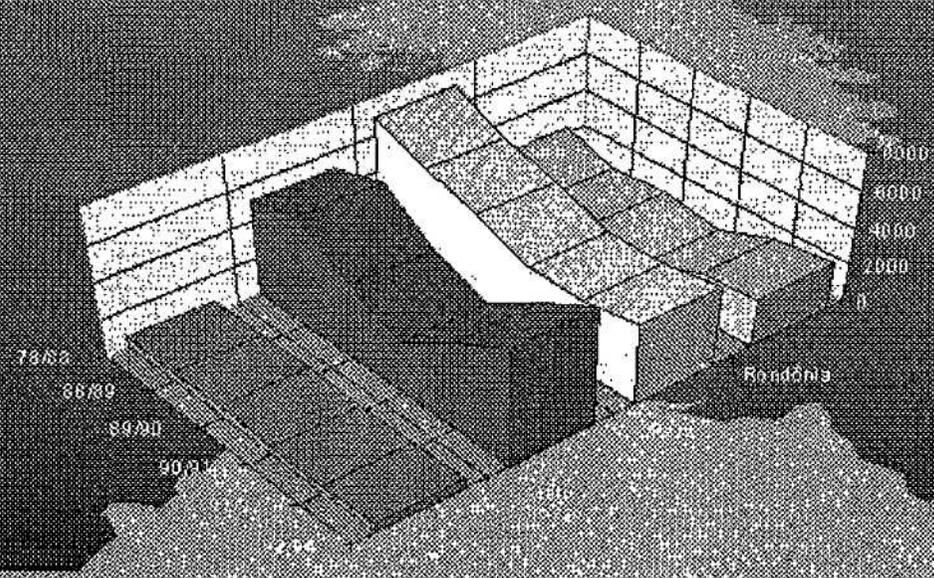
*Esta página foi gerada pela Assessoria de Comunicação Social (ascom@ibama.gov.br) using HTML
Author: Cria da em 25/07/96.*

Taxas de Desflorestamento na Amazônia Legal



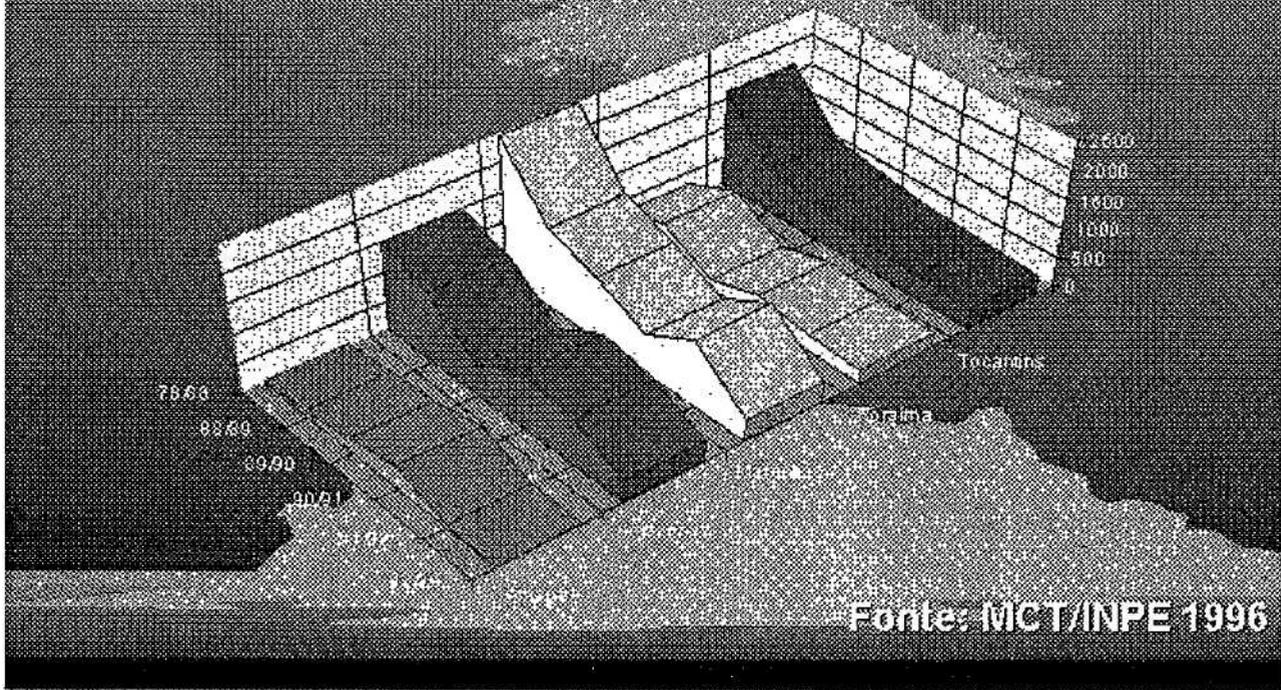
Fonte: MCT/INPE 1996

Estados que Apresentaram Aumento na Taxa de Desflorestamento em Relação ao Período 91/92



Fonte: MCT/INPE 1996

Estados que Apresentaram Diminuição na Taxa de Desflorestamento em Relação ao Período 91/92



LEGAL AMAZON ENVIRONMENTAL CONTROL

MMA - IBAMA

General Concepts

- The Legal Amazon has approximately the same size as 32 European countries, and includes several ecosystems (savanna, grasslands, and tropical rain-forest)
- It is not a geographical nor an ecological concept, but a legal denomination of an area that receives special treatment from the Brazilian Government
- It must not be misunderstood with the *tropical rain-forest*, that remains relatively untouched
- The differentiation between burning, deforestation, and selective and illegal extraction of wood is of fundamental importance

Deforestation Causes

- Irregular wood exploitation
- Mahogany exploitation in particular
- Pasture implantation in improper areas
- Poorly planned infrastructure works

IMMEDIATE ACTION

- Intensification and modernization of control and inspection methods regarding deforestation and burning

Legal Measures

- Edition of a Provisional Measure prohibiting clear cut of more than 20% of the area of properties where the tree cover is composed of forests, and prohibiting the growth of deforestation in rural properties with degraded areas
- Suspension of all mahogany exploitation, and reevaluation of all granted authorizations
- Edition of an Executive Norm creating an Inter-ministerial Commission, integrated by members of the Ministries of Justice and Environment, to subsidize the creation of a Law Project defining Environmental Crime
- Request to the World Bank to allocate emergency funds from the Pilot Program for the Protection of Brazilian Tropical Forests (PPG7) to be transferred to Amazon Region States

Control and Inspection Strategy

- Satellite imagery processing and interpretation
- Comparison with the Authorization Files, from IBAMA and States
- Definition of priority areas to be verified using airborne sensors
- Field inspection actions, using Global Positioning Systems (GPS)

Airborne Remote Sensing

- The sensor was developed by NASA and United States Forest Service (USDA/FS)
- It will be used for monitoring deforestation and burning in the Amazon Region by MMA/IBAMA

Products for Inspection Use

- This image shows the sensor mounted in a airplane
- This image shows the printed results with localization data of the deforestation or burning
- This data will be used to enhance the Control of Deforestation and Burning System

Institutional Composition for the Project Implementation

- MMA/IBAMA and State Environmental Agencies, Polícia Federal, Receita Federal, Polícia Rodoviária, Polícias Florestais, INCRA, FUNAI, Emater, Ministério Público Federal, Forças Armadas, INPE and NGO's

Structure and Budget for the Control and Inspection of the Legal Amazon in 1996

Structure:

Personnel	650 agents
Vehicles	120
Boats	30
Equipment (GPS)	100
Airplanes	300 flight hours

Budget: \$ 6,000,000.00

Expected Results

- Application of fines, embargoes, interdictions, and administrative and sanctions to the infringer that incurred in illegal deforestation
- Prevision of canceling circa 80% of the use concessions for forest resources (Management Plans, Authorization of Deforestation, and Forest Exploitation Plans)

Enhancement Measures for Forestry Activities

- Valorization of the sustainable use of the forest - forest management
- Enhancement of the Forestry Concession Instruments - multiple and rational use of the forest
- Support to the development of a forest industry in the Amazon Region
- Increase the number of direct (National Forests) and indirect use Conservation Units
- Support to the extractivist activities

 [Back](#)

This page was generated by Assessoria de Comunicação Social (ascom@ibama.gov.br) using HTML Author. Criada em 25/07/96.

23/2/96

Ibama avalia 3.700 Planos de Manejo

Primeiro o Governo editou a Medida Provisória nº 1.511 que eleva para 80% a proibição para desmatamentos nas propriedades rurais da Amazônia e o Decreto 1.963, que suspende as autorizações e concessões para a exploração de mogno e virola pelo período de 2 anos. Agora, o Governo, através do Ibama e do Ministério do Meio Ambiente, com a colaboração de diversos outros órgãos, começa um outro processo de contenção dos desmatamentos e queimadas na Amazônia Legal.

Até o final da semana passada, uma equipe de 62 engenheiros florestais e agrônomos do Ibama já havia avaliado 910 dos cerca de 3.700 Planos de Manejo Florestal da Amazônia, com uma conclusão surpreendente: 353 desses planos, quase 40% do total foram imediatamente suspensos por irregularidades e outros 190 cancelados por absoluta falta de condições de serem autorizados. A soma desses dois representa mais de 60% dos planos de manejo até agora estudados.

Os outros 302 PMFs estão autorizados a continuarem funcionando, mas, a partir de agora terão fiscalização redobrada.

Quando terminarem as análises dos projetos de manejo, nos próximos dias, os técnicos do Ibama calculam que cerca de 70% dos planos serão suspensos ou cancelados.

Estes estudos serão importante para a segunda fase do Projeto de Controle Ambiental da Amazônia Legal, que o Ibama começará a desencadear a partir do dia 19 próximo, com as vistorias de campo dos Planos de Manejo triados pelos engenheiros.

As Diretorias de Controle e Fiscalização-DIRCOF e de Recursos Naturais Renováveis-DIREN, do Ibama, estarão juntas numa operação de controle ambiental da Amazônia, sendo que a DIREN saiu à frente na avaliação dos Planos de Manejo Florestal e a DIRCOF dará sequência realizando as vistorias de campo, já iniciadas.

Durante os próximos 145 dias, mais de 100 funcionários do Ibama, divididos em 55 equipes, compostas de fiscais(DIRCOF) e técnicos(DIREN) vão vasculhar mais de mil Planos de Manejo nos estados do Amazonas, Pará, Rondônia, Acre e Mato Grosso, a uma média de oito por dia.

É o maior trabalho de controle ambiental da Amazônia, já realizado pelo Ibama.

CONTROLE VAI CUSTAR R\$ 6 MILHÕES AO IBAMA

O Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal está negociando o repasse de R\$ 6 milhões ao Ibama para o trabalho de controle ambiental da Amazônia Legal. É a maior soma já liberada para uma operação ambiental na região.

A DIRCOF e a DIREN estão fazendo um trabalho de levantamento de tudo o que está sendo explorado na região, observando desde as propostas de desmate, às operações de compra e venda de madeira.

Para reforçar o projeto de Controle Ambiental o Ibama emitiu no último dia 1º de agosto a Portaria nº 065, que obriga aos madeireiros a apresentarem ao órgão um Demonstrativo do Movimento de Produto/ Subproduto Florestal-MPF, ou seja, todo o movimento de entrada e saída de madeiras na indústria.

A soma disso tudo dará um amplo diagnóstico do que se tirou, se vendeu e de quem é o vilão.

 [Voltar](#)

*Esta página foi gerada por IBAMA/ASCOM. (ascom@ibama.gov.br) usando HTML Author
Atualizada 27/08/96.*

AMAZÔNIA - A grande questão

3/7 30/8/96

Presidente do IBAMA, Eduardo Martins, acha que a Amazônia que os brasileiros vêem na mídia é muito diferente da Amazônia real e propõe cruzada para mudar esse quadro.

Vista de fora, a Amazônia, um território de mais de 4 milhões de quilômetros quadrados com a maior diversidade biológica do planeta, é um verdadeiro caos. Incêndios de pro-porções desastrosas dizimando milhares de hectares de florestas, madeiras feitas cupins derrubando milhões de árvores, caçadores inescrupulosos matando todas as espécies de animais, hordas de garimpeiros abrindo clareiras nas matas, poluindo rios com mercúrio em busca de ouro... e por aí vai.

Para boa parte dos brasileiros classe média do Centro-Sul que lêem jornais ou vêem tevê regularmente a Amazônia é um desastre. O pior é que essa mesma visão têm os novalior-quinos ou os europeus, que acham que os brasileiros estão acabando com a Amazônia.

Os amazônidas, ou aqueles que habitam a região, e os que realizam estudos regulares ou estão atentos ao que acontece por lá sabem que não é bem assim.

Existe, de fato, o perigo iminente de a Amazônia ser transformada em um caos, mas ações supletivas poderão controlar, ainda em tempo, a situação.

O presidente do IBAMA, Eduardo Martins, acha que a primeira coisa que deve ser feita pela Amazônia é um trabalho no sentido de reverter a visão preconceituosa que tantos os brasileiros como os estrangeiros têm da região. É uma situação, segundo ele, desastrosa que tem sido alimentada e reforçada pela mídia. “A Amazônia dos brasileiros de classe média é tão distante, misteriosa, distorcida e mística, e muita coisa mais que não tem a ver, quanto o é para o indivíduo que mora em Nova Iorque ou na Europa”, afirma o presidente do IBAMA, indicando que “a gente deve mudar um pouco isso, dentro do possível, porque quando se tem uma situação dessas a reconstrução de uma imagem é complicada”.

Para Eduardo Martins, o que se tem hoje na Amazônia de mais complexo é a questão da exploração madeireira.

Ele acredita que a taxa de desmatamento na região tem diminuído, mas pode voltar a crescer agora a partir da questão dos semterra. Isto porque o processo dos semterra poderá fazer com que os donos de propriedades na Amazônia se sintam ameaçados com a possibilidade de uma ocupação e podem partir para o desmatamento.

“Vamos ser submetidos a uma consistência que poderá ser complicadíssima, porque estaremos submetidos ao seguinte: proprietários de terra vão começar a entrar com pedidos grandes de desmatamento no IBAMA, o que obrigará o IBAMA a recusar. O IBAMA recusando as pessoas vão pensar: Estou sendo ameaçado de ser invadido, de sofrer reforma agrária e aí podem partir para a radicalização. Então, essa contradição da política ambiental com a política agrária, nós vamos vivê-la agora de forma aguda”, prevê Eduardo Martins.

De acordo com ele, isso já começou com a invasão de sem-terras na Floresta Nacional de Tapajós, administrada pelo IBAMA.

MADEIREIRA ILEGAL - Além da questão dos sem-terra, que pode mexer na questão do

desmatamento, a principal pressão que o IBAMA sofre hoje é com a exploração ilegal de madeira.

Por uma razão muito simples: com a demanda de madeira no mundo, há um capital de bilhões de dólares buscando florestas em todas as regiões do globo. “Há uma possibilidade muito grande, na minha opinião, de a gente ter isso como a grande questão”, raciocina Eduardo Martins. O presidente do IBAMA entende que a exploração madeireira na Amazônia se dá dentro da lógica do desperdício. E tem tudo a ver porque essa lógica está atrelada à quantidade de madeira ofertada. Isto quer dizer que a equação econômica não leva o indivíduo a ser eficiente.

“É igual a gente ter salário. Se o salário é pequeno, a gente paga aqui, paga ali, administra o seu limite. Quando o indivíduo tem dinheiro demais ele tende a esbanjar dinheiro. Se tem madeira demais, então esbanja madeira. Os madeireiros da Amazônia não estão preocupados em ser econômicos”, alerta Eduardo Martins.

Ele acha que o IBAMA precisa melhorar muito a fiscalização.

E denuncia que grande parte da madeira que hoje circula na Amazônia foi legalizada “entre aspas”, ou seja, “esquentada”.

“Estimo que mais de 80 por cento dos planos de manejo aprovados na região amazônica não são praticados de fato, apesar deles gerarem burocracia enorme, cartorial, dentro do IBAMA, e apesar deles liberarem uma série de autorizações e apesar disso gerar a comercialização efetiva da madeira”, afirma Eduardo, para quem o IBAMA está legalizando projetos que não são de fato praticados.

O presidente do IBAMA reconhece que, em muitos casos, o problema parte do próprio órgão e pode ser resolvido. “

A gente pode melhorar muito o controle, a fiscalização. Isto envolveria o processo de cadastros, operando. Cadastro é a base para o controle. A maneira de melhorar a fiscalização é ter um bom cadastro e trabalhar com mecanismos de auditoria”, revela Eduardo.

Para o presidente do IBAMA, as pessoas que forem pegas cometendo irregularidades têm que ser punidas exemplarmente, para que as demais não incorram no mesmo erro. Essa, segundo ele, é a técnica mais eficiente de controle de fiscalização e funciona assim em qualquer lugar do mundo.

PRIORIDADE - O IBAMA precisa melhorar, profissionalizar e modernizar o seu sistema de controle. “Temos que ter uma base, para quando for necessária aplicar punição que isso seja exemplar, mas normativamente bem feita, bem construída, para que não haja interpelação mais à frente”, mostra Eduardo Martins.

O presidente do IBAMA não acredita que o controle e a fiscalização possam resolver o problema da Amazônia. É preciso, sobretudo, começar a trabalhar não só com o comando e o controle, mas com os aspectos que ele chama de incentivos.

É preciso, então, reconhecer, por exemplo, os projetos de manejo que são bons, estão funcionando bem, e fazer com que esses projetos sejam reconhecidos e difundidos, transformando-se em referenciais para os proprietários que têm interesses preservacionistas.

Na questão florestal é preciso ainda fazer outro esforço que o presidente do IBAMA chama de “choque

econômico”.

Seria um esforço de restrição, de diminuição do acesso à madeira. A forma de fazer isso, de acordo com Eduardo Martins, é transformar as terras públicas em lugares com restrição para exploração madeireira. Isso naturalmente não é um processo fácil. Vai depender de muita vontade política, mas é a solução mais viável.

Além disso, a componente econômica deve incluir um processo de agregação de valor à madeira, tanto quanto mais próximo for à exploração primária.

E o IBAMA começaria a trabalhar em estratégias de exploração madeireira que não se restrinja a somente aqueles que têm altos capitais, mas que permita que comunidades locais também usufruam dos recursos da floresta.

Para o presidente do IBAMA se isto não for planejado e aplicado efetivamente a situação da Amazônia pode se complicar.

Um outro processo é fazer difusão e promoção das tecnologias sustentáveis de exploração de madeira. Numa rápida análise feita recentemente, o IBAMA identificou 21 projetos de manejo sustentado na região, que são promissores, estão sendo praticados dentro das propostas que apresentaram e que se pode chamar, realmente, de manejo sustentado.

Só que na região amazônica existem hoje mais de 500 projetos de manejo aprovados e, supostamente, em andamento. O IBAMA deverá nos próximos meses reavaliar cada projeto, cobrando de todos os que estiverem irregulares uma nova postura.

DESMATAMENTO - Para o presidente do IBAMA, a questão do desmatamento engloba um grande absurdo inclusive da parte do próprio Instituto. “Temos que adotar um procedimento onde consigamos pegar, pelos menos, os grandes responsáveis por desmatamentos. E isto é muito fácil: basta utilizarmos o Sensoriamento Remoto. É muito mais barato do que colocar revólver na cintura de fiscal e pedir para ele ir atrás”, diz Eduardo Martins.

O titular do IBAMA considera inadmissível, com a estrutura de Sensoriamento que o órgão tem, não colocar essa estrutura a serviço do controle e da fiscalização.

SENSORIAMENTO REMOTO Patrulhamento eletrônico das florestas

O IBAMA está concluindo a montagem do seu Sistema de Informações Geográficas-SIG/CSR, que vai dotar o Centro de Sensoriamento Remoto e os laboratórios de geoprocessamento das instituições integrantes da Rede Associada de Sensoriamento Remoto-RASR da capacidade de armazenar, gerenciar, exibir e analisar dados geograficamente referenciados de forma padronizada, em quantidade e com qualidade suficientes para atender as demandas necessárias.

Isto significa que o IBAMA poderá acessar e analisar qualquer tipo de informação sobre uma determinada área, bastando para isso reunir os dados no sistema. Exemplificando: o IBAMA recebe denúncia de que está ocorrendo desmatamento numa área próxima a uma Unidade de Conservação no Acre. Imediatamente, acessando os dados da referida UC, os técnicos do CSR vão poder calcular com precisão o local, a área desmatada, o tipo de madeira cortada e até o sistema de transporte mais adequado

na região.

“ O sensoriamento remoto é um instrumento que elimina muita coisa, especialmente porque diminui a expectativa da impunidade. O proprietário de uma área não tem como controlar o satélite que passa e registra o que ele vem fazendo em sua propriedade. E depois, diminui o risco de corrupção fiscal do agente do IBAMA. O funcionário passa a saber que tem algo que é um documento, uma imagem de um fato real”, mostra o presidente do IBAMA, Eduardo Martins.

Por enquanto, somente os Estados do Acre, Rondônia e São Paulo estão com seus territórios mapeados e prontos para integrarem o Sistema de Informações Geográficas do IBAMA. Até no início de 1998 o CSR deverá estar com todo o território nacional mapeado. A partir de então é só ir complementando os dados que vão possibilitar o enriquecimento das informações.

O Centro de Sensoriamento Remoto do IBAMA tem hoje 32 instituições estaduais ligadas à Rede Associada de Sensoriamento, a RASR, utilizando equipamentos de alta tecnologia na área de geoprocessamento, comprados com recursos do Programa Nacional do Meio Ambiente, o PNMA.

Foram gastos US\$ 3 milhões na montagem do Sistema de Informações Geográficas, que utiliza software especial - os programas ARC/Info e ERDAS - que permitem acessar até 3 mil tipos de informações diferentes, inclusive imagens tridimensionais.

Cada programa desses sai ao custo de US\$ 40 mil. Ao adquirir os programas o IBAMA os adaptou para o Português para facilitar o acesso pelos profissionais nos estados que vão trabalhar com eles.

O SIG/CSR realiza um trabalho de mapeamento e geoprocessamento das Unidades de Conservação do IBAMA, mapeando e interpretando imagens e desenvolvendo um sistema de informações geográficas.

Trata-se de um trabalho de enorme alcance, com múltiplas possibilidades de informações, monitoramento e gerenciamento de dados, com a vantagem de aglutinar todas as informações em um só Sistema, ao qual todos os estados, todas as instituições da Rede Associada estarão interligados.

Hoje as regiões e instituições têm um critério próprio de gerenciamento. Rondônia, por exemplo, já tem todo o seu território mapeado mas pelo sistema do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais-INPE, que está sendo agora convertido para o sistema de Informações do IBAMA. O que se quer com o SIG/CSR é justamente criar um padrão mínimo de formato, que vai facilitar o acesso a essas informações por qualquer instituição estadual.

BRASIL DIGITAL - No futuro todo o país estará mapeado digitalmente, de tal forma que, através de um computador será possível identificar, por exemplo, quem está poluindo a cabeceira de um rio que passa dentro de uma Unidade de Conservação; ou quem desmatou mais do que previa o seu Plano de Manejo; ou qual a origem de determinada madeira que não consta na planilha da madeireira.

A vantagem do Sistema de Informações Geográficas é que ele não se limita aos dados de geoprocessamento. O Sistema é muito mais amplo, podendo acolher informações de gerenciamento e até pessoais de uma UC. É possível injetar no sistema informações sobre o quadro de pessoal da UC juntamente com outros dados mais sofisticados como natureza do solo, tipo de vegetação, relevo, etc.

MAPA TRIDIMENSIONAL - O sistema é capaz de analisar, a partir de uma imagem de satélite, todas as possibilidades de uma determinada área. Isto porque o programa faz uma leitura tridimensional da

região, identificando relevos, cursos d'água, vegetação, etc.

O programa é tão amplo que permite o planejamento de qualquer tipo de ação. No campo da agricultura, a título de exemplo: através da leitura tridimensional de uma determinada área é possível estabelecer com precisão os locais sujeitos a maior ou menor iluminação solar e, portanto, mais apropriados a determinadas culturas, ou relevos apropriados a formação de barragens, de projetos de irrigação, etc.

CONTROLE AMBIENTAL

Ainda uma vez a ação fiscal

O presidente do IBAMA, Eduardo Martins, tem dito com frequência que o órgão não pode se balizar apenas pela ação fiscalizatória, ou como ele resume: assumir o xerifismo. A experiência tem demonstrado que 80 por cento das multas aplicadas pelo IBAMA, envolvendo a área florestal e que foram submetidas a apreciação judicial, foram causa perdida. E isto tem uma explicação lógica: o IBAMA está multando com bases experimentais normativas inconsistentes.

E não são as multas que vão resolver o problema ambiental, assegura Martins.

Ele admite que na situação de hoje, fazer fiscalização é fundamental, importante. O problema é a Casa cuidar só disso, dar ênfase apenas à fiscalização ou depender só dela.

Para este ano, a Diretoria de Controle e Fiscalização do IBAMA, a Dircof, criou o Projeto de Controle Ambiental da Amazônia Legal.

É um projeto que prevê "a implementação de ações de fiscalização concentradas e reforçadas na Amazônia Legal, como parte de um sistema de vigilância, visando proteger o ecossistema amazônico e controlar as atividades predatórias, especialmente no que diz respeito ao combate aos desmatamentos, queimadas, exploração da fauna, degradação ambiental, bem como dirigir as ações para os grandes empreendimentos que industrializam, comercializam e consomem produtos oriundos da flora".

Há ainda uma série de objetivos específicos, como promover ações de educação ambiental, combater a pesca predatória, combater o uso e comércio ilegal de produtos químicos, combater o comércio e transporte irregular de produtos da flora, combater o tráfico e comércio de animais silvestres, proteger as Unidades de Conservação e Áreas Indígenas, promover o fortalecimento do sistema de cadastramento e licenciamento, etc.

Deverão participar das ações equipes interinstitucionais constituídas pelo pessoal do IBAMA, dos órgãos estaduais e municipais de meio ambiente, Polícia Florestal, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Exército, Marinha, Aeronáutica, Ministério Público Federal e Estadual, FUNAI, SUDAM, etc.



[Voltar](#)

Esta página foi gerada por Assessoria de Comunicação Social (ascom@ibama.gov.br) using HTML Author. Cria da em 30/08/96.

A HORA DA VERDADE

***Eduardo Martins**

O recente episódio envolvendo a apreensão de milhares de metros cúbicos de madeira extraída ilegalmente da Amazônia e a repercussão que o assunto ganhou em várias esferas além da imprensa, leva-nos a refletir, sobretudo no momento em que se comemora a Semana do Meio Ambiente, sobre o papel do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis no processo de preservação da complexa biodiversidade do País, em particular a Amazônia, sem desconsiderar as não menos complexas questões econômicas.

É nesse contexto que se insere a nova política que o IBAMA começa a desencadear tendo em mente, como preocupação prioritária, o restabelecimento da veracidade dos planos de manejo florestal da Amazônia, de forma que eles deixem de ser apenas instrumentos que atendam às exigências da legislação e das normas que os regulam e passem a corresponderem à realidade.

Isto significa que o IBAMA, consciente de suas limitações, não alimenta a falsa expectativa de que os planos de exploração de madeira na Amazônia, que circulam nos refrigerados gabinetes das entidades públicas e privadas envolvidas na questão, sejam fielmente cumpridos em meio à floresta, onde a impunidade é protegida pela imensidão e pela distância. Até mesmo os instrumentos de que dispõe o órgão não têm a uniformidade técnica necessária que lhe facilite a tarefa de evitar a destruição da floresta.

Para superar essas barreiras o órgão já trabalha no sentido de padronizar aqueles instrumentos de controle e verificação, os quais serão utilizados por todos os setores envolvidos em todas as superintendências da região, desde a aprovação dos planos de manejo, passando pelos processos técnicos de vistoria chegando até mesmo à distância da exportação.

Outro grande passo no sentido de disciplinar a exploração florestal na Amazônia e promover, de verdade, o manejo sustentado daqueles recursos naturais, que somente dessa forma poderão ser efetivamente renováveis, será o estabelecimento de um calendário anual de vistorias prévias para a aprovação dos planos de manejo. O IBAMA quer acabar com a conveniente prática dos madeireiros de apresentarem os planos de manejo em um mês e começar a exploração no mês seguinte.

Essa prática, que propiciava uma enxurrada de planos para análise, vistoria e aprovação no IBAMA, tornava impeditiva qualquer manifestação tecnicamente correta dos órgãos técnicos do instituto, abrindo, dessa forma, uma ampla possibilidade de fraudes e desvios prejudiciais ao processo de preservação. É comum, nesses casos, que o plano apresentado nada tenha a ver com a realidade da exploração. Agora, nessa nova ordem que o IBAMA começa a implantar em relação à exploração florestal na Amazônia, essa cultura irá mudar, pois os madeireiros terão que apresentar em 1996 os planos de manejo para 1997. Isso dará tempo e condições para que todos os aspectos técnicos e legais sejam observados minuciosamente e, sobretudo, permitirá que seja feito o acompanhamento rigoroso do cumprimento dos compromissos neles contidos.

Ao mesmo tempo, será privilegiada a vistoria na outra ponta do processo, isto é, na indústria madeireira. A estratégia permitirá ao IBAMA acompanhar o destino da matéria prima retirada dos planos de manejo, na floresta, até o seu destino, no momento de ser processada. O objetivo é acabar com a brincadeira de gato e rato entre o IBAMA e os madeireiros nos igarapés, rios e estradas amazônicas, usando-se as prerrogativas da legislação que facultam ao instituto a realização de auditagens na indústria madeireira.

Evita-se, com isso, o dispêndio de energia pelo IBAMA e pelos madeireiros, reduzindo-se, ao mesmo tempo o instituto da multa.

Finalmente, o leque de providências completa-se com o retorno do sistema de controle das exportações diretamente nos principais portos brasileiros, já dotados de infraestrutura informatizada que permite fazer o cruzamento das informações referentes à matéria prima desde sua origem. Ou seja, a um simples comando num computador será possível saber, em Rio Grande, por exemplo, de onde veio um determinado lote de madeira, se a madeireira responsável não descumpriu suas cotas e se o produto tem origem legal.

A preocupação do IBAMA, contudo, não se restringe ao controle dos planos de manejo florestal. Consciente de que no processo de gestão ambiental seu papel de agência de defesa ambiental não pode prescindir da observância das necessidades econômicas regionais e nacionais. Por isso, já começa a desencadear entendimentos com outros agentes de busca de apoio técnico para o desenvolvimento de tecnologias de aproveitamento da madeira. O objetivo é agregar valor à matéria prima antes que essa seja vendida ao exterior, ou chegue aos grandes centros sem deixar benefícios econômicos na região onde foi extraída, o que hoje é comum acontecer. Para o IBAMA, não se pode perder a oportunidade de aproveitar a riqueza das florestas sem gerar emprego e renda nas regiões onde elas se situam e que são as mais pobres do país.

*** Eduardo Martins é Presidente do IBAMA**

Esta página foi gerada por Ascom-IBAMA (ascom@ibama.gov.br). Atualizada em 19/09/96.